

Dupla vitória

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

Fomos brindados na última quarta-feira pela espetacular manchete do **Correio Braziliense** que sintetizou tudo o que aconteceu na véspera: “Democracia avança. Golpismo vira fumaça”. Os últimos meses foram muito difíceis para o presidente Bolsonaro. Aumento do custo de vida decorrente da escalada inflacionária, avanço dos trabalhos da CPI da pandemia e mais recentemente a “surpresa” dos R\$ 89 bilhões de precatórios que precisam ser quitados em 2022.

Acostumado a pautar as redes sociais e a mídia, viu seu protagonismo ser contido pela dificuldade de encontrar algum tema que mantivesse o engajamento e a mobilização de seus apoiadores. Particularmente, a descoberta dos esquemas de corrupção no Ministério da Saúde foi o golpe mais duro sofrido por ele, pois, pela primeira vez, aguçou-se a percepção em expressivas parcelas da sociedade de que a narrativa do “governo sem corrupção” era uma mentira.

Diante dessas dificuldades e do crescimento do risco de sofrer impeachment, ele não teve dúvida: voltou às suas origens, convocando o Centrão para o coração do governo. Em paralelo, continuou a pressionar as Forças Armadas (FFAA) na permanente expectativa de transformá-las em “seu exército”. Se esses movimentos reduziram, por enquanto, a possibilidade de perda do mandato, não se revelaram suficientes para retomar a iniciativa do debate nacional.

Foi então que recorreu ao binômio voto impresso e ataques ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), particularmente em julho, aproveitando

o recesso parlamentar que interrompeu o trabalho da CPI. Sem dúvida, essa estratégia foi exitosa no que se propunha, qual seja, reorganizar sua base de apoiadores nas redes sociais. Em contrapartida, pela primeira vez, o TSE e o Supremo Tribunal Federal (STF) reagiram de maneira contundente, abrindo processos de notícia-crime em uma clara mudança de patamar no enfrentamento dos ataques recebidos.

Porém isso não impediu a manutenção da estratégia definida pelo presidente. Ao contrário, intensificou as ações de tal forma que conseguiu desviar o foco da discussão nacional para o tema durante as últimas semanas. Nem mesmo a derrota, por larga margem, da proposta de voto impresso na comissão especial foi suficiente para frear o ímpeto dos ataques.

Numa tentativa de agradar, ao mesmo tempo, Bolsonaro e as lideranças partidárias, o presidente da Câmara Federal resolveu avocar a decisão sobre voto impresso para o plenário. Importante observar que a iniciativa de Arthur Lira visava, principalmente, reassumir o controle da pauta congressional. Em linguagem popular, mostrar quem manda.

Ressalte-se que, espertamente, ele optou por levar a voto a PEC original de autoria da deputada Bia Kicis que não definia os detalhes da implementação do projeto, ao contrário do relatório do deputado Filipe Barros, derrotado na comissão especial que propunha apurar os votos em cada seção eleitoral contando as cédulas impressas, revelando a real intenção por trás do argumento de aumentar a segurança do processo. Para completar, as FFAA foram convocadas

para darem uma demonstração de força, coincidentemente, no dia da votação, mas o que se viu foi um espetáculo lamentável, expondo ao ridículo a instituição.

Apesar de toda pressão e da distribuição de benesses, não conseguiram alcançar os 308 votos necessários. O governo foi derrotado por larga margem! Na mesma data, a democracia foi vitoriosa em outra votação quando o Senado Federal revogou a famigerada Lei de Segurança Nacional, um instrumento remanescente da ditadura e, agora, finalmente enterrado. Ou seja, foi um dia de júbilo!

E daqui para frente? É certo que o bolsonarismo insistirá nos ataques às urnas eletrônicas e às cortes superiores, sob a liderança do próprio presidente. Ao recuperar a iniciativa, Bolsonaro continuará sendo um candidato forte em 2022. Caberá aos democratas encontrar a narrativa adequada para enfrentar a guerra que se seguirá.

Por outro lado, tudo indica que o futuro próximo não deverá trazer boas notícias para o governo. A conclusão dos trabalhos da CPI, os precatórios, a inflação em alta, a crise hídrica e o desemprego podem provocar uma queda de popularidade a ponto de ele não ser reeleito, podendo até mesmo ficar de fora do segundo turno. No caso de uma eventual derrota, creio que tentará estimular tumultos no período entre apuração e posse, à semelhança do que fez Trump, mas deixará o palácio em 1º de janeiro de 2023. Por fim, parece-me evidente que o bolsonarismo, assim como o trumpismo, continuará vivo e mobilizado. Vão infernizar a vida de quem assumir a presidência para o próximo mandato.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

Os rastros das lições que a pandemia deixou

Depois da pandemia que assolou a educação no país, todo o processo de recuperação levará tempo. Mais tempo do que o despendido num processo normal de ensino sem interrupções bruscas e prolongadas. Ou seja, para cada ano sem escola, é necessário pelo menos o dobro do tempo para recuperar, atualizar e reinsserir o aluno no curso normal de aprendizagem. A desmotivação e o abandono da escola são o que os especialistas preveem com o fim da pandemia. O horizonte que era de preocupação, agora, vai se transformando em caos completo.

A falta de renda das famílias tem obrigado que essas crianças sem escola entrem para o mercado informal de trabalho. Algumas delas para a criminalidade. Fazer com que essas crianças regressem para a escola é uma tarefa quase impossível, dizem os educadores. O tempo perdido em educação é, praticamente, irremediável. São cidadãos que terão pela frente poucas perspectivas, como baixos salários, más condições de vida, mais oportunidades para entrarem para o mundo do crime, mais doenças, mais desajustes sociais e engrossarão as periferias perigosas das grandes cidades, intensificando os casos de violência tão presentes em nossas metrópoles.

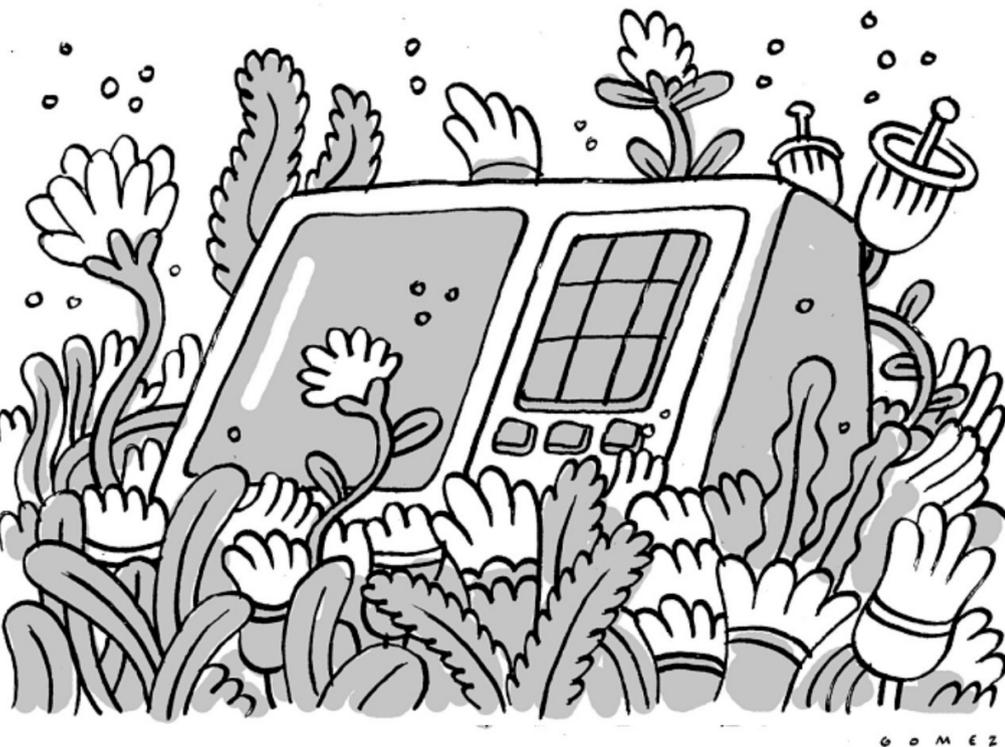
Aqui em Brasília, quem se der ao trabalho de percorrer algumas dessas áreas periféricas da capital, como Sol Nascente e outras, notará que as ruas nessas localidades estão constantemente tomadas de crianças e de adolescentes que perambulam sem destino durante todo o dia e parte da noite também. O que esperar de uma situação como essa no futuro se não há projetos para reverter essa situação?

O nosso apagão como nação perante o mundo, notado nos últimos anos em decorrência da decadência paulatina que tomou conta da escola pública, parece agora se transformar num alerta e numa ameaça para o mundo civilizado. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) tem alertado para os efeitos negativos que o fechamento prolongado das escolas trará para o país. Alguns deles são: aprendizagem interrompida, má nutrição, confusão e estresse para professores, pais despreparados para a educação a distância, lacunas nos cuidados com as crianças, aumento do custo econômico, pressão não intencional no sistema de saúde, maior pressão sobre as escolas que permanecem abertas, aumento de taxa de abandono escolar, maior exposição à violência e exploração e isolamento social.

O nosso apagão como nação perante o mundo, notado nos últimos anos em decorrência da decadência paulatina que tomou conta de nossa escola pública, parece agora se transformar num alerta e numa ameaça para o mundo civilizado. A Unesco calcula que o prejuízo desse fechamento das instituições educacionais públicas durante a pandemia poderá se estender por até quinze anos. Nesse período, os impactos se farão sentir de forma evidente até no Produto Interno Bruto (PIB), sendo possível que influenciem negativamente a economia pelo menos até 2038.

Escolas fechadas hoje significam, segundo a Unesco, um país mais pobre no futuro. É preciso lembrar que somente com a evasão escolar, um fenômeno anterior à pandemia, o Brasil perdia cerca de R\$ 214 bilhões ao ano. Com a pandemia, esses números poderão chegar próximos a R\$ 1,5 trilhão em prejuízos.

Num país que caminha a passos largos para um envelhecimento precoce da população, a situação poderá chegar a um perigoso patamar por volta de 2060, quando um em cada quatro brasileiros terá 65 anos ou mais, sendo necessário que para cada um deles haja, pelo menos, um jovem em idade produtiva para custear o sistema de seguridade. Num mundo onde o referencial de riqueza, há muito, passou a ser a escolaridade da população e seu grau de eficiência técnica e científica, resta saber que papel caberá ao Brasil nesse contexto.



Os tempos pandêmicos são insuportáveis para a advocacia

» TÉCIO LINS E SILVA

Advogado, jurista, professor, ex-secretário de Justiça do Estado do RJ, colaborou na elaboração do Código Penal Brasileiro, ex-presidente do Instituto do Advogado Brasileiro (IAB)

Dia desses, vendo uma sessão no tribunal tinha lá um juiz de camisa Pollo, tudo bem, nada contra a vestimenta, mas é o respeito mínimo das chamadas vestes talares. Hoje, todos os juízes fazem as suas exceções com as capas. Os advogados não usam becas porque pelo Brasil afora não tem. Nos tribunais tem beca para os advogados de defesa. Enfim, são atitudes que a pandemia da covid-19 e “esse novo normal” trouxeram e que continuam a ameaçar como a questão do júri e mais, a questão do cárcere.

Os juízes condenam mais do que absolvem, e essa insensibilidade que a Justiça criminal tem, que se acostuma a condenar os pobres. A clientela do sistema penal é predominantemente os mesmos injustiçados de sempre: negros e pobres. As cadeias estão cada vez mais cheias, e o discurso da direita penal é: “precisa prender mais, o Brasil prende e condena muito pouco”. Mentira, é a segunda população carcerária do mundo. E qual é o cheiro do cárcere? É o cheiro da miséria. O maior covidário desse país são as prisões. E os juízes continuam e a Justiça continua mandando para as prisões.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomenda cautelas na prisão preventiva, recomenda, claro, não pode determinar o comportamento dos juízes — que são independentes — recomenda o cumprimento da pena domiciliar, do semiaberto, enfim, não mandar para as prisões, para diminuir. É pouco. E aí, é uma outra questão mais

complicada, mas, grosso modo, dizer que o covidário nacional continua sendo abastecido da clientela cada vez maior. E a responsabilidade é do Poder Judiciário e é, em grande parte, do Ministério Público Federal e do Ministério Público dos estados que, muitas vezes, pedem a prisão e a condenação sem o menor senso, sem a menor consciência do que isso significa, não só para o cidadão, mas para as famílias, para o convívio social que, muitas vezes, é uma pena de morte, pois vai morrer de covid.

Outra questão ameaçada pela pandemia é o júri, que é assegurado na Constituição Federal e lá está inscrito entre os direitos e garantias do artigo 5º e inciso XXXVIII. Como é que pode o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelecer que vai ser assim, vai ser asado, regulamentar a estrutura de uma instituição que está em sede constitucional? Como pode essa mudança nos ritos? E esse botãozinho terrível de cortar o som e que a ditadura, muitas vezes imposta por aqueles que não têm respeito pela defesa, aperta e tira do ar, seja o advogado, o Ministério Público ou qualquer outra manifestação?

Tira-me o sono imaginar que tem resolução do CNJ dispondo sobre o júri virtual. Como é que o júri, que tem essa construção física, necessária para o embate, para o debate, como é possível imaginar que isso vai ser feito virtualmente? Com o réu em casa ou no presídio? O juiz em home office e o advogado também? E os jurados? Por que

não pode aglomerar os sete cidadãos quando o júri entra pela noite? Não há a incomunicabilidade assegurada.

O que eu quero contribuir com a experiência de quem passou 20 anos advogando nas Cortes Militares na ditadura e que posso ser testemunha do quanto de respeito ali nós conquistamos, os poucos advogados que se atreveram a enfrentar a defesa dos perseguidos políticos. Eram tempos muitos difíceis, porque cassaram três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e muitos juízes. Eram tempos inacreditáveis e, agora, a gente tem até medo de que voltem.

Portanto, fico comovido em poder desabafar algum sentimento de um rábula criminal, de um advogado que vive o dia a dia da Justiça há quase 60 anos, sou produto desse ambiente, estreei no júri em 1965. E sofro com o vírus pelo que ele está causando e pelo pretexto que muitos se utilizam para não receber advogado, para trabalhar menos, para disfarçar um pouco a sua incompetência. E sobrecarregando juízes admiráveis. Tenho um respeito imenso pela atividade da magistratura. Mas tenho visão crítica em relação a uma parte, que não assume os seus compromissos. É uma forma muito simples e direta de colaborar e contribuir, extravasando o coração em homenagem aos profissionais da justiça, aos advogados e à democracia que amamos e queremos ver triunfar nesse país, sobretudo no momento em ela está sofrendo agravos muito sérios, mas nós temos que resistir.

» A frase que foi pronunciada

“Brigar por política no atual cenário é o mesmo que ter uma crise de ciúmes na zona!”

Carregado por Jüh Nascimento, no Instagram

Boas novas

» Em todo o Brasil, o número de pessoas internadas por covid em UTIs diminui consideravelmente.

Depende

» Para quem está de fora do Departamento Penitenciário Nacional, parece fácil acabar com o acesso de internos a celulares. Se as famílias são revistadas, os advogados também deveriam ser. Mas se não são revistados e cometem o ilícito de entregar celular para o preso, nada que uma antena bloqueadora de sinais não resolva.

Golpes

» Por falar em penitenciária, veja no *Blog do Ari Cunha* a cartilha elaborada pelo Ministério Público de Pernambuco com dicas para prevenção a golpes virtuais e presenciais.

» História de Brasília

O dr. Afrânio Barbosa da Silva passou quase o dia inteiro na usina, e tem dado à obra o espírito de Brasília. (Publicada em 7/2/1962)